



**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

**Amazônia:
Aspectos Singulares Para
O Desenvolvimento Regional**

Michele Lins Aracaty e Silva

Amazônia: Aspectos Singulares Para O Desenvolvimento Regional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S586a Silva, Michele Lins Aracaty e.
Amazônia [recurso eletrônico] : aspectos singulares para o desenvolvimento regional / Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-249-4

DOI 10.22533/at.ed.494191004

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento regional – Amazônia. I. Título.

CDD 338.9811

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com um misto de alegria e satisfação que apresentamos essa obra produzida com carinho e com o esforço de todos os participantes. O livro *Amazônia: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional*, disponibiliza no seu corpo a contribuição de professores, pesquisadores e amigos que discutem em seus estudos temas ligados ao Desenvolvimento Regional tendo a Amazônia como seu objeto de estudo.

Os dez artigos aqui selecionados são resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos de casos, projetos de iniciação científica e monografias desenvolvidas pelos autores, ou seja, é a soma do cotidiano da missão de ser professor, pesquisador e aluno.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional, ficamos abertos as sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva
Manaus, 2018.

“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente.
Quem sobrevive é o mais disposto à mudança”
Charles Darwin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DO MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS	
Marcela Fróes da Costa Mauro Maurício Barbosa Lucas Michele Lins Aracaty e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4941910041	
CAPÍTULO 2	19
A FRUTICULTURA NO AMAZONAS: AS ESTRATÉGIAS DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Isadora Conceição Trindade Pires Izabel Cristina Costa de Souza Judilene Sarmiento Fernandes Manoel Carlos de Oliveira Júnior Willian Carneiro Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.4941910042	
CAPÍTULO 3	31
AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL INDUSTRIAL E CIDADES INTELIGENTES	
Michele Lins Aracaty e Silva Nerine Lúcia Alves de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.4941910043	
CAPÍTULO 4	45
MANEJO PARTICIPATIVO DO PIRARUCU COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO AMAZONAS	
Fábio Rodrigues Felipe addor Núbia gonzaga Sidney lianza	
DOI 10.22533/at.ed.4941910044	
CAPÍTULO 5	61
O PAPEL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Michele Lins Aracaty e Silva Taisa Vanessa de Sousa Colares Tiago Sampaio Brito	
DOI 10.22533/at.ed.4941910045	
CAPÍTULO 6	76
ELEMENTOS SOCIOTÉCNICOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE UM ENTREPOSTO AVÍCOLA	
Erasmus Moreira de Carvalho Juliano Crithian Silva Osmar Siena Saiane Barros de Souza Thelma Jakliny Martins Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.4941910046	

CAPÍTULO 7	91
PRÁTICAS DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM UMA RESERVA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Flávio de São Pedro Filho	
Raul Afonso Pommer Barbosa	
Rwrsilany Silva	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.4941910047	
CAPÍTULO 8	108
SUSTENTABILIDADE DOS EXTRATIVISTAS AÇAIZEIROS E O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)	
Mariluce Paes de Souza	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
Theophilo Alves de Souza Filho	
Thiago José Sampaio Kaiser	
DOI 10.22533/at.ed.4941910048	
CAPÍTULO 9	124
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: ESPECIFICIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS – RMM	
Katia Viana Cavalcante	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Tassio Franchi	
DOI 10.22533/at.ed.4941910049	
CAPÍTULO 10	137
RETRATO DAS OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES EM APP EM MANAUS: O CASO DO BAIRRO NOVA VITÓRIA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Suelânia Cristina Gonzada de Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.49419100410	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	148
SOBRE OS AUTORES	149

PRÁTICAS DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM UMA RESERVA INDÍGENA NA AMAZÔNIA

Flávio de São Pedro Filho
Raul Afonso Pommer Barbosa
Rwrsilany Silva
Saiane Barros de Souza
Thelma Jakliny Martins Arruda

RESUMO: O presente estudo aborda um tema com enfoque econômico, ambiental e social, a cafeicultura indígena, que sirva de modelo para proporcionar o desenvolvimento regional sustentável almejado para a região da Amazônia Legal brasileira. A pesquisa privilegiou como objetivo principal compreender os principais elementos de inovação que possibilitam o desenvolvimento sustentável da cafeicultura em uma reserva indígena na Amazônia Legal brasileira, visando caracterizar a cafeicultura na reserva indígena (1), descrever a estrutura da inovação (2) e identificar os principais fatores que possibilitam o desenvolvimento sustentável da atividade na região (3). A pesquisa de natureza qualitativa, utiliza-se da estratégia de estudo de caso com abordagem descritiva e exploratória, recorre-se a múltiplos métodos para coleta de dados, entre as quais: pesquisa documental e entrevista semiestruturada com atores do cenário investigado. A análise de dados utilizou o método de triangulação e análise crítica por meio do delineamento teórico confrontado aos conceitos de inovação e desenvolvimento

sustentável. Como resultado, percebe-se a produção desse ativo na reserva indígena é realizado com base no *Triple Bottom Line*, garantindo a sobrevivência da população, a preservação do meio-ambiente e a permanência desse patrimônio para gerações futuras, servindo de modelo de melhores práticas para as demais tribos da região e para agricultores da região. Encontram-se as melhores práticas de gestão para o desenvolvimento sustentável numa área indígena, a agricultura e a venda de carbono são fontes de renda, por conseguinte, estes povos aprimoram a produção qualitativamente com inovação de seus processos, usando tecnologias e aperfeiçoando suas relações sociais e comerciais com instituições capazes de potencializar a produção de café sob a perspectiva de crescimento e possível consolidação para o mercado de exportação.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação. Desenvolvimento Sustentável. Cafeicultura Indígena. Amazônia.

INTRODUÇÃO

As práticas direcionadas para o desenvolvimento regional sustentável, segundo Lustosa (2002), manifestam-se como uma estratégia moderna e recomendada para as ações governamentais, principalmente visando

suplantar a pobreza de algumas regiões ou grupos sociais. Desse modo, a busca por modelos que integrem o aspecto social, econômico e ambiental, são essenciais para o novo paradigma de desenvolvimento centrado na sustentabilidade dos meios de produção. Neste contexto, as comunidades precisam organizar, estruturar e elaborar o seu próprio modelo de desenvolvimento, por meio da cooperação de seus agentes. Outrossim, o desenvolvimento regional passa a ser visto em um sentido mais amplo, capaz de integrar e criar um processo de geração de sinergia entre as distintas áreas do setor público, as Organizações Não - Governamentais e o setor privado, favorecendo as redes de cooperação direcionadas para a busca constante por inovações e, conseqüentemente, permitindo o crescimento econômico local.

O papel relevante da natureza na definição do desenvolvimento sustentável das populações indígenas, encontra-se em sintonia com as regras básicas do ecossistema florestal e conhecimento dos ciclos biológicos da natureza, conduzindo a busca por novos processos e tecnologias adaptadas ao modo de vida e à lógica do meio ambiente. Desde que teve seu primeiro contato com o homem branco em 1969, a tribo Paiter-Suruí de Rondônia viu seu modo de vida e cultura ser alterado pela modernidade, por conseguinte, levando ao relacionamento mais estreito com os povos não – indígenas, Organizações Não – Governamentais (ONG), instituições de ensino e órgãos do governo, o que permitiu que esses povos tradicionais da Amazônia fossem adotando melhores práticas para a atividade agrícola, além da implementação de procedimentos que melhoraram a produtividade e a redução de custos. Os processos de modernização ocorridos com o passar dos anos na Terra Indígena Sete de Setembro abarcou uma forma de exploração de novas ideias para solucionar problemas advindos do plantio do café, e permitiu gerar resultados bem-sucedidos e essenciais para sustentar a competitividade e a geração de riquezas para esta nova realidade conjuntural dos povos indígenas. Nesse contexto, apresenta-se o questionamento que direciona a presente pesquisa: Quais são os elementos de inovação utilizados ou requeridos que proporcionam o desenvolvimento sustentável na Reserva Indígena Sete de setembro, localizada no município de Cacoal/ RO?

Este estudo privilegiou como objetivo principal a compreensão dos principais elementos de inovação que possibilitam o desenvolvimento sustentável das práticas agrícolas adotadas na reserva indígena na Amazônia Legal brasileira; e estabelece seu direcionamento para caracterizar a cafeicultura na reserva indígena (1), identificar as principais práticas adotadas de sustentabilidade (2), descrever as práticas de inovação direcionadas para o desenvolvimento sustentável na Terra Indígena Sete de Setembro (3). Por fim, adota-se no presente estudo, como base teórica, a Teoria Institucional para oferecer suporte à análise das práticas adotadas na reserva com aporte da Teoria do Desenvolvimento Econômico, de forma a conduzir à interpretação do cenário de inovação direcionado para o desenvolvimento sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base deste estudo está na Teoria Institucionalista com aporte da Teoria do Desenvolvimento Econômico, de forma a conduzir a interpretação do cenário de inovação direcionado para o desenvolvimento sustentável. Para melhor compreensão de como ocorre esta interconexão, apresenta-se na Figura 1, Diagrama de acepção teórica.

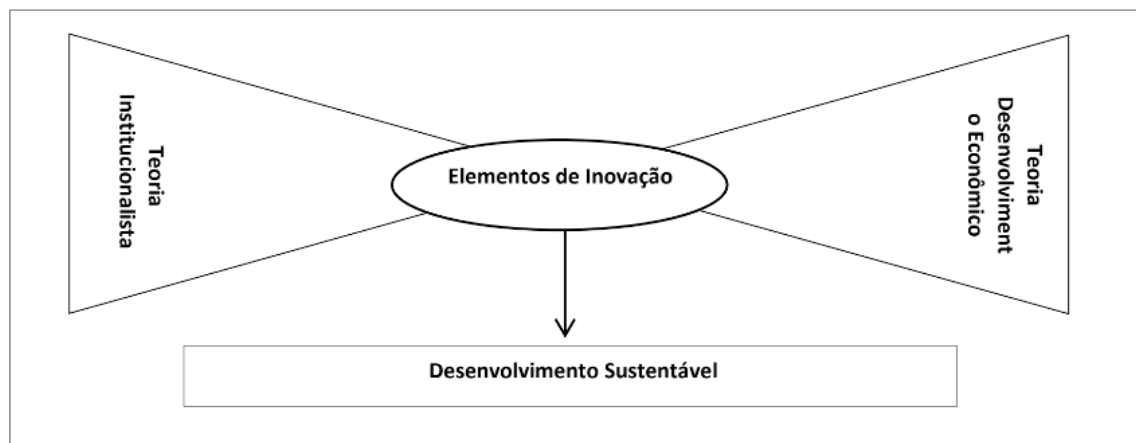


Figura 1 – Diagrama de Acepção Teórica

Fonte: Elaborado pelos autores

Elementos	Especificação conceitual
Teoria Institucionalista	Possibilita o direcionamento da regulamentação de processos necessários para inovação e para o desenvolvimento sustentável local
Teoria do Desenvolvimento Econômico	está relacionado às mudanças endógenas e descontínuas na produção de bens e serviços, que direcionam ao crescimento econômico
Elementos de Inovação	novos produtos, novos processos de produção, novas configurações organizacionais, ou seja, novas combinações de recursos, pessoas, ideias, conhecimento e / ou tecnologias que impulsionam o desenvolvimento local
Desenvolvimento Sustentável	Crescimento econômico abrangendo os aspectos ambientais, econômicos e sociais em equilíbrio mútuo, visando melhorar a qualidade de vida (bem-estar) dos envolvidos

Quadro 1: Especificação do Diagrama de acepção teórica.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No âmbito da nova economia institucional, segundo North (1990), as instituições podem ser entendidas como entidades criadas para estruturar e regular interações políticas, econômicas e sociais, ou seja, são as “regras do jogo” cuja composição se faz de instituições formais (leis e regulamentos), e as instituições informais (valores, normas sociais e costumes). Considerando os aspectos da sociologia, Pereira (2012) aborda que a teoria institucional facilita a compreensão de padrões implícitos e da diversidade existente nas organizações, demonstrando flexibilidade e abrangência na

sua aplicabilidade para entender os fenômenos sociais complexos e de que forma as estruturas e ações organizacionais se tornam legitimadas com consequência nos resultados planejados pelas organizações. Complementarmente, Salles e Ribeiro (2012), esclarecem que as instituições e suas mudanças, subjacentes ao processo de desenvolvimento econômico e social, são fenômenos interligados e interdependentes, portanto, são importantes ferramentas para a promoção de um desenvolvimento sustentável, e na vertente ambiental estão na base dos instrumentos econômicos de regulamentação do uso de bens e serviços derivados do meio ambiente.

Em 1911, Joseph Alois Schumpeter publicou sua clássica obra Teoria do Desenvolvimento Econômico (TDE), onde estabeleceu a diferença entre um sistema econômico estático e um sistema econômico para o processo de desenvolvimento, centrado no conceito de inovação. Ao elaborar sua tese definiu inovação como destruição criadora para descrever o processo do desenvolvimento econômico. Para este autor a destruição criadora pode ser entendida como substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos. Schumpeter (1978, tradução 1997) relata que o processo de inovação engloba os seguintes casos: introdução de um novo produto; introdução de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; obtenção de uma nova fonte de recursos e o estabelecimento de uma nova estrutura organizacional. Assim, há necessidade da participação essencial de dois elementos para que ocorra a inovação, o empreendedor (empresário – inovador), visto como agente transformador; e o crédito, meio para financiar a inovação ou mobilizar os fatores de produção.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ACEPÇÕES DE INOVAÇÃO

A inovação, segundo Dosi (1988), pode ser entendida como a busca e a descoberta, o desenvolvimento, a imitação, a experimentação e adoção de novos produtos, novos processos de produção, novas configurações organizacionais, ou seja, novas combinações de recursos, pessoas, ideias, conhecimento e / ou tecnologias. Os quatro tipos de inovação padronizados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Quadro 2, quando combinados entre si podem gerar novas estratégias de inovação, segundo Karlsson e Tavassoli (2016).

<p>Inovação de produto: introdução de um bem ou serviço, significativamente melhorado em relação às suas características ou usos pretendidos, incluindo melhorias significativas em especificações tecnológicas, componentes e materiais, software incorporado, facilidade de uso ou outras características funcionais</p>	<p>Inovação de processo: implementação de um método de produção ou entrega novo ou significativamente melhorado, por meio de mudanças significativas em técnicas, equipamentos e / ou software.</p>	<p>Inovação de marketing: implementação de um novo método de marketing envolvendo mudanças significativas no design ou na embalagem do produto, na colocação de produtos ou na estratégia de preços, visando atender as necessidades dos clientes, abrir novos mercados ou uma nova posição do produto no mercado</p>	<p>Inovação organizacional: implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do local de trabalho ou nas relações externas, tendem a aumentar o desempenho das empresas reduzindo custos administrativos e de transação, aumentando a produtividade e satisfação no trabalho.</p>
---	--	--	--

Quadro 2: Quatro tipos de inovação segundo a OCDE

Fonte: elaborado pelos autores

Para Barbieri et al (2010) inovar constantemente não é suficiente, é preciso usar uma inovação sustentável, considerando as três dimensões da sustentabilidade, levando em consideração: (i) a dimensão social, preocupando-se com os impactos sociais das inovações nas comunidades humanas dentro e fora da organização; (ii) a dimensão ambiental, preocupando-se com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes; e, (iii) a dimensão econômica, cuja preocupação está relacionada a eficiência econômica, para que possam se perpetuar no mercado.

Em 2012, a OCDE publicou “*The Future of Eco-Innovation: The Role of Business Models in Green Transformation*”, neste relatório os países buscam maneiras inovadoras de promover a atividade econômica, no qual visam políticas para revitalizar a atividade industrial, mercados de trabalho e competitividade, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios ambientais globais como a mudança climática e a escassez de recursos naturais. Passaram a difundir de forma rápida e mais ampla, a inovação sustentável ou Eco-inovação, como forma de alavancar melhorias para o meio ambiente, bem como econômicas e sociais. Horbach et al (2012) afirmam que a Eco – inovação está relacionada a produção, aplicação ou exploração de um bem, serviço, processo de produção, estrutura organizacional, gestão de negócios visto como inédito para a organização ou usuário, resultando na redução do risco ambiental, poluição e os impactos negativos da utilização dos recursos (incluindo uso de energia) em comparação a alternativas relevantes. Para os autores, existem quatro determinantes da eco-inovação: as regulamentações, quando bem concebidas, promovem inovação, produtividade de recursos e competitividade das organizações, além de serem

determinantes para o uso de tecnologias limpas. O mercado é formado pelas demandas dos consumidores, atuais ou potenciais, e organizações concorrentes. O conhecimento tecnológico, com uso de sistemas de gestão ambiental, permite que as organizações se adéquem às exigências das regulamentações ambientais e do mercado. As características específicas da organização, como o quarto determinante, um mecanismo de transferência de conhecimentos e participação em redes, sendo essencial para geração de inovações sustentáveis.

DESCRIÇÃO DA CONJUNTURA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

O termo desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente divulgado como política ambiental, somente, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), na qual a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (*World Commission for Environment and Development – WCED*) publicou o relatório *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, conhecido como Relatório Brundtland, o qual estabeleceu a definição de desenvolvimento sustentável como aquele que busca atender as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Elkington (1998) em seu estudo estabeleceu o conceito do *Triple Bottom Line*, conhecido por 3P (People, Planet e Profit); em português seria PPL (Pessoas, Planeta e Lucro). Para o autor aspecto econômico está relacionado a criação de empreendimentos viáveis, atraentes para os investidores; o aspecto ambiental, visa analisar a interação de processos com o meio ambiente sem lhe causar danos permanentes; e o aspecto Social, está relacionado a preocupação com o estabelecimento de ações justas para trabalhadores, parceiros e sociedade. Dessa forma, quando existe a interseção entre dois pilares resulta em um processo viável, e a interseção dos três pilares, resulta no alcance da sustentabilidade.

Para Pawlowski (2008), o Desenvolvimento Sustentável (DS) pode ser entendido como uma tentativa para formular um programa que integra diferentes esferas da atividade humana, anteriormente, vistas de forma desagregada. Para este autor, o DS possui além das esferas ecológicas, sociais e econômicas, outras dimensões, Quadro 3, a saber:

Moral	Ecológica	Social	Econômica e legal	Técnica
Princípio ético do DS, um senso de obrigação ambiental que defende que o homem deve agir com cautela para que os efeitos de suas ações sejam compatíveis com a continuidade da vida humana	Relacionado a preservação da natureza, redução de impactos e poluição	Relação entre o homem e o meio ambiente, costumes, tradições, cultura, espiritualidade, relações interpessoais, onde se deve analisar as ações que podem causar prejuízos ao bem-estar coletivo	servem para definir uma política de proteção ao meio ambiente e de criar instrumentos econômicos que estimulem o desenvolvimento de inovações sustentáveis	Desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitem a melhoria de processos e minimização de impactos no meio ambiente

Quadro 3: As Dimensões do Desenvolvimento Sustentável Segundo Pawlowski (2008)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para Sachs (2004), a estratégia para indução dos processos de desenvolvimento regional sustentável tem que alavancar suas cinco dimensões: social, política, econômica, ambiental e territorial. Onde o territorial está relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades e o político se relaciona a governança democrática capaz de fazer as coisas acontecerem. Enquanto, Buarque (2006) apresenta as estruturas do desenvolvimento local por meio de pilares, relacionadas no Quadro 4:

1º Pilar – Formação de capital social: capacidade de organização e cooperação da sociedade local, combinado com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão	2º Pilar – Agregação de valor na cadeia produtiva :articulação e aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais	3º Pilar – Reestruturação e modernização do setor público local: descentralização das decisões, e elevação da eficiência e eficácia da gestão pública local
--	---	--

Quadro 4: Pilares do Desenvolvimento Local Adaptado de Buarque (2006, p.27)

Fonte: Elaborado pelos autores

Para Barbieri et al (2010) afirmam que é possível alcançar a sustentabilidade econômica, por meio de um intenso esforço de inovação em produto, processo, gestão e no modelo de negócio, exemplificam com os casos de eliminação da queimada, controle biológico de pragas, fertilização orgânica, novos dispositivos em máquinas e implementos agrícolas para evitar a compactação do solo e preservar a biodiversidade terrestre, entre outras.

Dessa forma, acredita-se que o desenvolvimento econômico unido ao desenvolvimento sustentável conduz ao crescimento econômico regional permanente, permitindo melhorias nos indicadores sociais, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo - exploratória, segundo Gil (2009) o planejamento da pesquisa exploratória pode assumir a forma de estudos de caso. Por possibilitar, segundo Yin (1989), a compreensão de uma realidade complexa a partir da articulação de uma série de métodos de coleta de dados e fontes, como entrevistas, observação participante e variados documentos.

SELEÇÃO DE CASO, SUJEITOS DA PESQUISA

Para a presente pesquisa, os sujeitos da entrevista foram selecionados de forma intencional levando em consideração o objetivo da pesquisa para identificar os elementos de inovação voltados ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura indígena. Os atores alcançados a saber: 3 chefes de aldeias da TISS, representantes de instituições, sendo: 1 técnico da Secretaria Estadual de Agricultura (Seagri), 1 Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), 1 da Emater/RO (Empresa Brasileira de Extensão Rural do estado de Rondônia), que atuam e interagem com as populações da área de estudo.

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para o procedimento de coleta de dados, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental (Manuais, projetos e relatórios), e posterior aplicação de entrevistas semiestruturadas com os atores da Terra Indígena Sete de Setembro (TISS). A Figura 2 apresenta o diagrama operacional metodológico.

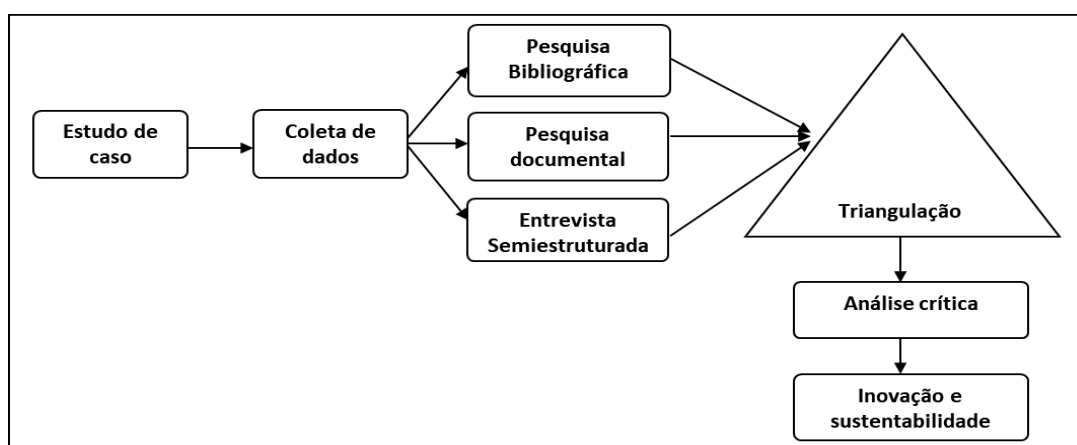


Figura 2: Diagrama Operacional Metodológico

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para Yin (2010), o estudo de caso se baseia em múltiplas evidências, a partir de propostas trianguladas, com uso do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para guiar a coleta e a análise de dados. Na parte empírica deste estudo, descrevem-

se situações, confrontando-as com a teoria de forma restrita a organização pesquisada. O Quadro 5 relaciona os elementos diagramados e a sua respectiva descrição.

Elementos	Especificação conceitual
Estudo de Caso	Estratégia de investigação que envolvem múltiplos procedimentos
Coleta de dados	Procedimento para buscar informações correlacionadas à temática.
Pesquisa bibliográfica	Pesquisa teórica que serve de base para a investigação
Documentação	Manuais, projetos e relatórios
Entrevista semiestruturada	roteiro previamente elaborado contendo questões abertas que orientam a entrevista
Triangulação	Confrontação das respostas dos respondentes com base no referencial teórico
Análise crítica	visa organizar e sumarizar os dados coletados como forma de fornecer respostas para o problema de pesquisa proposto
Inovação	Elementos requeridos para melhorar os processos permitindo o desenvolvimento sustentável

Quadro 5: Especificação do Diagrama Metodológico

Fonte: Elaborado pelos autores.

O tratamento dos dados envolve a triangulação utilizando múltiplas fontes e teoria que possibilitem o tratamento de dados referente ao mesmo fenômeno, buscando analisar a ocorrência de convergência ou divergência de informações. Foram elaboradas as dimensões e categorias a serem observadas e analisadas na entrevista e nos documentos selecionados para a pesquisa, demonstradas no Quadro 6.

Dimensão	Categoria	Fonte
Social (pessoas)	Moral	Elkington (1998); Buarque (2006); Powloski (2008); Barberi et al (2010)
	Social	
Econômica (Lucro)	Econômica e legal	
	Técnica	
Ambiental (Planeta)	Ecológica	

Quadro 6: Variáveis de análise para Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Dados da pesquisa

As entrevistas foram direcionadas para indivíduos com familiaridade com a atividade da cafeicultura para obtenção de respostas concisas à análise dos dados, visando alcançar os objetivos da pesquisa. Após coleta dos dados dos registros institucionais e as anotações provenientes das observações diretas, as entrevistas foram transcritas e analisadas. Foi realizada a descrição clara, rica e detalhada através do registros e impressões acerca dos dados coletados. Dessa forma, atendendo aos

critérios de validade e confiabilidade, objetivando colocar em evidência os aspectos da inovação que intervêm no desenvolvimento sustentável da cafeicultura, tendo como base a estrutura teórica- empírica proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção será subdividida em três tópicos, um para caracterizar a cafeicultura indígena, o segundo identificar os principais fatores de produção sustentável e, por último, mapeia-se os elementos de inovação requeridos para a sustentabilidade da cafeicultura.

CARACTERIZAÇÃO DA CAFEICULTURA NA TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO

Quando ocorreu a demarcação e retirada dos colonos das terras tradicionais indígenas, na década de 80, a comunidade Suruí se apropriou das plantações de café abandonadas pelos não-indígenas, utilizadas inicialmente para subsistências da tribo. Contudo, devido à grande umidade daquela região foram proliferando pragas que danificavam os frutos, estas plantações foram gradativamente abandonadas e, somente em 2012, pouco mais de 5 anos, retomaram o plantio de café.

Na Terra Indígena Sete de Setembro (TISS), localizada na divisa entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, região de forte pressão de desmatamento conhecida como “Arco do desmatamento”, face as invasões ocorridas naquela área para retirada ilegal de madeira, após denúncia por parte das lideranças indígenas ocorreu a retomada da posse da terra pelos donos da terra. Há 5 anos, essa área devastada foi selecionada para iniciar o plantio de café. O número de famílias produtoras de café na aldeia está aumentando, dessa forma, os indígenas visando melhorar a qualidade e a produção da lavoura cafeeira, solicitaram assistência técnica da Emater – RO, que oferece a orientação técnica voltada especificamente para a cultura do café, essas atividades são desenvolvidas com apoio incondicional da Funai (Fundação Nacional do Índio).

A Emater, segundo técnico do órgão, vem desenvolvendo o Método de Assistência Técnica Coletiva (Matec), consiste em atender, de forma conjunta, um grupo específico, buscando sanar as necessidades da informação para a cultura. Esse método tem contribuído para os resultados satisfatórios da produção e a qualidade do café obtido na aldeia. Na TISS, quatro aldeias com o total de 20 famílias passaram a participar do Projeto de Cultivo de Lavouras de Café da Emater (Empresa Brasileira de Extensão Rural do estado de Rondônia) e Seagri (Secretaria Estadual de Agricultura), totalizando uma área de 50 hectares com plantas geneticamente melhoradas para produção de café conilon clonado. Segundo os técnicos da Seagri e Emater, por meio da agroecologia estão com projeto piloto para produção de café orgânico. Na visão do técnico da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), os Paiter-Suruí,

podem ser considerados, enquanto família única, os maiores produtores de café do estado de Rondônia e um dos maiores do País. A colheita é feita somente para grãos maduros selecionados, este procedimento ocorre entre os meses de maio a julho. O processo de secagem dos grãos é realizado de forma natural, seguindo orientações da Embrapa com uso de terreiro suspenso. Este procedimento, segundo técnico da Embrapa, permite que seja evidenciado os componentes químicos, o que ressalta o sabor e o aroma naturalmente dos grãos. E acrescenta, o café colhido fora do ponto ideal demandará mais grãos e, quando processado de maneira indevida, apresentará defeitos que depreciarão a qualidade física e sensorial, com reflexos negativos no preço.

Normalmente, a produção do café é direcionada para o mercado do Município de Cacoal, em Rondônia. O volume e escala de produção é pequeno, contudo já rendeu em 2017 a venda de 80 sacas de café para o mercado da Suíça. Parte do café produzido é beneficiado no município de Cacoal, na máquina de pilar cedida pela Funai à Metareilá. A outra parte da produção é vendida diretamente para as empresas beneficiadoras.

Em outubro de 2017, foi criada a Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Indígena Paiter (Coopaiter), que permite a comercialização de alimentos sem a intervenção de terceiros. Na aldeia Nabecob Abalakiba, atualmente existem 18 famílias do Povo Paiter Suruí que participam do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, comercializando produtos cultivados por eles tais como, banana, café, mandioca e castanha. Segundo o técnico da Seagri, este é um estímulo à agricultura familiar, sob parâmetros de desenvolvimento sustentável, gerando mensalmente um aporte financeiro para essas famílias indígenas aproximadamente de três a seis mil reais.

A aldeia também produz outros alimentos para consumo próprio, como amendoim, amêndoas, batatas, laranjas e tangerinas. Para o chefe da aldeia, a organização adquirida com a cooperativa permite melhorar a qualidade dos seus alimentos, além de melhores preços, pois evitam os atravessadores, como são conhecidos os intermediários que antes ficavam com a maior parte dos lucros da produção agrícola indígena, este tópico adequa-se a proposta de Buarque (2006).

IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS DE SUSTENTABILIDADE

Segundo técnico da Embrapa, as espécies de café são produtivas, desde que adaptadas a cada condição climática, o que permite que sistema de cultivo seja resistentes a pragas e doenças, sendo estes alguns dos principais componentes da sustentabilidade da cafeicultura. Igualmente observa que aumento da rentabilidade do produtor, é uma forma de garantir sua permanência na atividade, alcançando outro aspecto importante para a sustentabilidade da produção dos grãos, já que haverá retorno financeiro, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida dos povos

que dependem deste produto para sobreviver. Para o técnico da Emater, devido à escassez de recursos e a ausência de novas áreas para plantio, é preciso adotar uma cafeicultura mais racional.

Apresenta-se na Figura 3 em formato de Fluxo, as práticas adotadas na Terra Indígena Sete de Setembro (TISS) que permitem alcançar a sustentabilidade das atividades desenvolvidas na região.

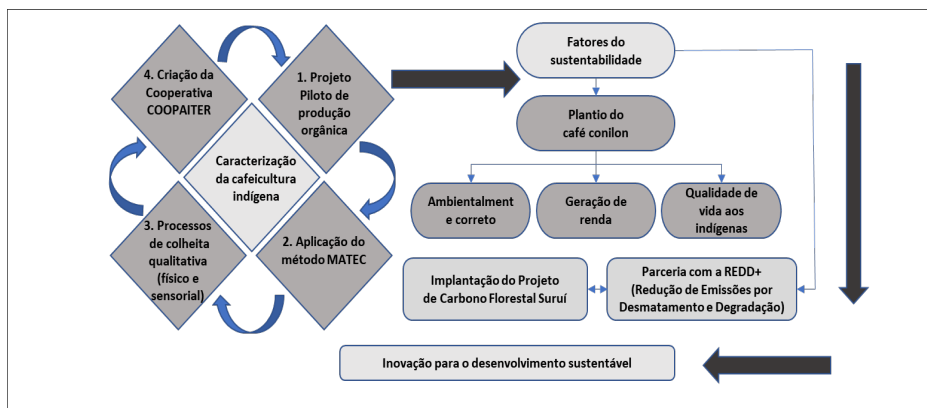


Figura 3: Diagrama das práticas adotadas de sustentabilidade

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Terra Indígena Sete de Setembro foi a primeira aldeia indígena a elaborar um projeto Carbono Florestal Suruí (PCFS), sendo o primeiro projeto de mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) em terras indígenas no Brasil. O líder do povo Paiter- Suruí, em 2007, por meio da Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, convidou a Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé), Equipe de Conservação da Amazônia (ACT-Brasil), Forest Trends, Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) e Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) para apoiar a construção de uma iniciativa de estoque de carbono. A ideia de sequestro carbono, mas como parte das ações de conservação, proteção e sustentabilidade previstas no Plano de Gestão, realizado em 2000 no qual consta o planejamento para os próximos 50 anos do povo Suruí, foram levantadas a necessidade de criar programas, como o de cultura, fortalecimento institucional, saúde, educação e meio ambiente, a partir da qual surgiu a idealização de iniciativa de incentivo ambiental, com vistas à promover atividades de proteção, fiscalização, produção sustentável e melhoria da capacidade local.

Segundo consta no Relatório de Implementação do Projeto de Carbono Florestal Suruí, no final do ano de 2013, ocorreu o primeiro aporte financeiro oriundo da venda dos créditos gerados durante o período 2009-2012, assim o projeto conseguiu vender os créditos gerados durante o primeiro período de monitoramento, possibilitando assim o início da implementação das atividades do projeto. De acordo com o coordenador da Associação Metareilá, o pagamento por serviços ambientais, especialmente a comercialização de créditos de carbono, representa uma alternativa nova e promissora

para o povo Suruí, garantindo o investimento em melhorias para as demais atividades exercidas na TISS.

DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS DE INOVAÇÃO DIRECIONADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO

Com base nas variáveis selecionadas para análise e o confronto de dados documentais e das entrevistas realizadas, nesta seção, apresenta-se a estrutura de inovação para o desenvolvimento sustentável para a TISS.

Apresenta-se na Figura 4, as práticas de inovação direcionadas para o desenvolvimento sustentável da Terra Indígena Sete de Setembro.

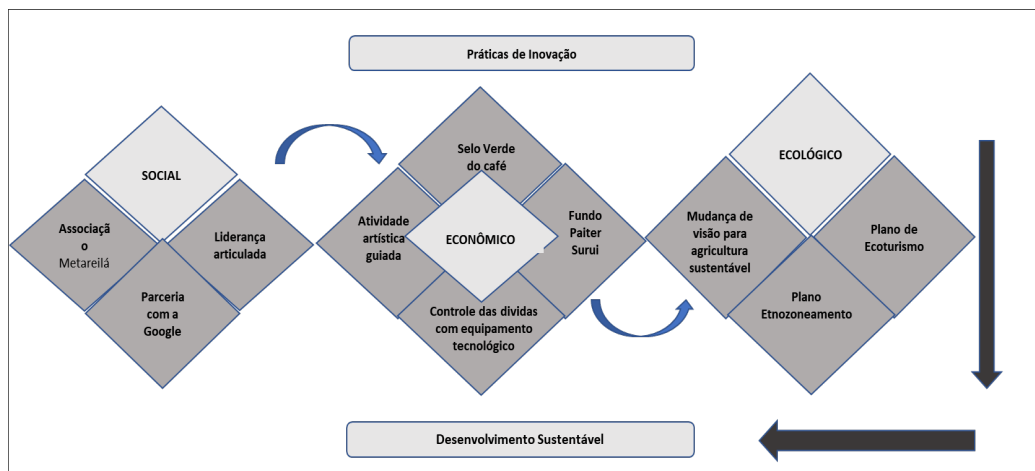


Figura 4: Diagrama das Práticas de Inovação

Fonte: Elaborado pelos autores.

No aspecto da Inovação Social, pode-se observar que as lideranças dos povos Suruí são articulados realizam parcerias e mantêm contato com diferentes esferas da sociedade. Um dos projetos renovados em 2012, foi com a empresa Google, onde as lideranças das aldeias podem gravar as histórias e as disponibilizam no sítio da internet, por meio de etiquetas geográficas o conteúdo apresentado atualiza o mapa cultural. O que permite a permanência da valorização cultural e étnica desses povos, com uso da tecnologia para registrar a história da TISS.

No aspecto Econômico e legal, conforme documentação levantada, os Suruí possuem um plano do Fundo Paiter Surui, desenhado pelo Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio), sendo um mecanismo financeiro para gestão dos recursos destinados à implantação do Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro. Este mecanismo financeiro apresenta robustas inovações no fortalecimento da autonomia indígena. É uma solução para o planejamento financeiro e a gestão de recursos exigida para uma governança eficiente do território indígena. O Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro prevê o planejamento para implementação do Programa Paiterey para a gestão ambiental, estabelecendo procedimentos e

diretrizes para o encaminhamento das demandas socioculturais e o uso responsável dos recursos naturais, de forma a viabilizar a geração dos benefícios necessários, a valorização da cultura e a conservação do meio ambiente. Ademais, consta neste documento a estrutura de governança que prevê a identificação das instâncias e dos atores responsáveis por desempenhar as atividades de controle, consta ainda a definição dos papéis – atribuições e obrigações – de cada instância e dos atores da TISS. Outros projetos são desenvolvidos dentro da aldeia, por exemplo a atividade turística que emprega parte dos índios como guias, recepcionistas, cozinheiros, além de ter o lucro da atividade aplicado em benefícios para a comunidade, tais como: construção de centros comunitários, energia solar e obras de saneamento.

No aspecto técnico, o projeto piloto com órgãos governamentais (Seagri, Emater e Embrapa), para produção de café orgânico, traz consigo o apelo de sustentabilidade ao trabalhar a coleta seletiva de grãos, secagem natural e atividade executada por indígenas na Amazônia, são fatores de inovação organizacional que permitem a agregação de valor ao produto e possibilitam galgar um projeto de Selo Verde para o produto e abrir portas para o mercado de exportação do produto. Para os especialistas da Emater e Embrapa, os programas de melhoramento genético de café têm como objetivo o aumento de produtividade e melhor qualidade da bebida e, com o desenvolvimento de cultivares resistentes a pragas e doenças, evitam o uso excessivo de defensivos.

A TISS possui um plano de Etnozoneamento, no qual se apresenta o planejamento da gestão do território e traz a proposta dos Paiter- Suruí para uso da terra, os valores culturais e as formas tradicionais de uso e como é tratado dentro da cosmologia indígena. A divisão da Terra em Indígena em áreas de atuação, são assim definidas: Paiterey Karah Katap - Zona Cultural; Palah at ah - Zona Sagrada; Gakorap ah - Zona de Caça; Morip ey Pâyah - Zona de Pesca; Garah Alawata - Zona de floresta para o extrativismo; Garah Iter - Zona de proteção integral; Sodoy Karah - Zona de Produção e Garah Pine Wah - Zona de Recuperação. Várias parcerias já foram concretizadas com a visão inovadora dos líderes da TISS, com uso da tecnologia, entre elas: em 2008, a Google Earth Outreach (área responsável da empresa para projetos sociais) forneceu celulares e laptops equipados com programas de dados capazes de abastecer a tribo com informações sobre a floresta, um grupo de 30 índios foi treinado para monitorar os limites das terras suruí com o auxílio destes equipamentos, aprenderam a filmar e a postar vídeos no YouTube, e a usar as ferramentas do Google Earth na fiscalização da mata.

Na esfera ecológica, pode-se citar que antigamente a extração de madeira era a fonte única de sustento dos índios, contudo a mudança da visão do grupo de líderes permitiu o direcionamento das forças para a modalidade da agricultura sustentável (café, castanha-do-pará e banana, principalmente). Em parceria com instituições nacionais e internacionais foi possível modificar a estrutura econômica da TISS. Como exemplo, cita-se o trabalho executado pela ONG Fundo Estratégico de Conservação

(CSF, da sigla em inglês), que permitiu que a tribo se cria um plano de ecoturismo para a região, neste projeto os visitantes ficam hospedados em moradias típicas e acompanham o dia a dia dos índios, sua culinária e sua cultura.

No que se refere a Inovação Organizacional, o método organizacional adotado para as práticas de negócios da TISS está interligado às relações externas, o que visa aumentar o desempenho da produção, reduzindo custos administrativos e de transação, aumentando a produtividade e satisfação dos povos envolvidos na produção do café e demais atividades. As lideranças buscam constante parceria com instituições externas para alcançar os objetivos de melhoria da qualidade de vida dos povos residentes da aldeia, conforme demonstram os dados contidos no Relatório de Implementação do Projeto de Carbono Florestal Suruí, onde apresenta-se as instituições diretamente envolvidas com o Projeto de REDD+ Suruí e sua respectiva participação nas atividades desenvolvidas na TISS.

O papel das lideranças indígenas é de suma importância para a busca de melhorias para as atividades desenvolvidas na aldeia, bem como, entre os líderes há o reconhecimento da importância preservação da Floresta Amazônica, onde todas as dimensões da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável devem ser atendidos. Há de se ressaltar que estes líderes não temem o uso de ferramentas mais modernas do planeta: o Google, laptops, aparelhos celulares e GPS para garantir a sobrevivência de seu povo e do ecossistema onde estão inseridos. Salientam que o uso da tecnologia permitiu para melhorar a comunicação, monitorar as ameaças à floresta e divulgar o plano de gestão das riquezas da mata e preservação da cultura suruí. Como exemplo, relatam que com ajuda da inovação tecnológica foi possível monitorar centenas de caminhões com madeira extraída ilegalmente do território indígena, e assim, providenciar denúncia aos órgãos competentes que montaram força tarefa para apreensão de máquinas, equipamentos e madeireiros que agiam ilegalmente na região. E na área devastada, agora fazem plantio de café e outras culturas que ajudam na sobrevivência dos povos indígenas.

Em conformidade com a proposta teórica apresentado por Pawlowski (2008), o desenvolvimento sustentável consegue formular a integração de diferentes esferas da atividade humana (moral, ecológica, social, econômica e legal, e técnica) como pode ser observado nos aspectos ora apresentados na pesquisa, estando explicito o papel dos líderes da TISS para a estruturação do desenvolvimento sustentável da região onde vivem. Outrossim, muito embora a inovação tecnológica tenha trazido mudanças para essa comunidade indígena em determinados costumes, observa-se uma rápida adaptação e a aproveitamento da utilização de vários elementos de inovação entre os quais : o fomento à cultura de inovação, o apoio da alta cúpula da tribo à inovação; estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e visão favorecendo a criatividade e inovação; mecanismos claros de recompensa e reconhecimento pelos esforços dos indígenas; regras estabelecidas favoráveis ao processo de inovação ampla; adota-se a cultura de mudança e inovação; incentivo a parcerias para o desenvolvimento de

melhores práticas a serem adotadas que possibilitam o desenvolvimento sustentável das atividades executadas na aldeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de café por indígena na Amazônia é realizada com base no Triple Bottom Line, o que garante a sobrevivência dos povos indígenas, a preservação do meio-ambiente e a permanência desse patrimônio para gerações futuras. Com base nos achados da pesquisa, percebe-se o uso das melhores práticas de gestão para o desenvolvimento sustentável adotadas pela reserva indígena, sendo a agricultura e a venda de carbono são fontes de renda, por conseguinte, estes povos aprimoram a produção qualitativamente com inovação de seus processos usando tecnologias e aperfeiçoando suas relações sociais e comerciais com instituições capazes de potencializar a produção de café sob a perspectiva de crescimento e possível consolidação para o mercado de exportação. A presente pesquisa limitou-se à visão dos líderes da aldeia que pratica a cafeicultura, não sendo realizada pesquisa buscando a percepção dos demais integrantes da tribo, o que possibilita futuras pesquisas com vista a avaliar quantitativamente com de uso de indicadores de desenvolvimento sustentável os aspectos de sustentabilidade aqui apresentados.

Por fim, aquela visão deturpada de que índio vive da caça e da pesca, e andam seminus, já não faz mais parte da realidade dos povos Suruís, que mostram para a sociedade que é possível conviver em meio a natureza, preservando-a, e ao mesmo tempo fazer uso de tecnologias, além de aumentar a produtividade e renda da comunidade, visando o bem – estar e a perpetuação da sua espécie e das demais espécies presentes no ecossistema que fazem parte. Mostrando que é possível inovar com eficiência em termos econômicos e com responsabilidade social e ambiental, servindo de modelo para outras tribos da região e para agricultores locais.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, J. C., VASCONCELOS, I. F. G., ANDREASSI, T., & VASCONCELOS, F. C. (2010). Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de Administração de Empresas*, 50(2), 146-154. doi.org/10.1590/S0034-75902010000200002
- BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- DOSI, G. (1988). The Nature of the Innovation Process. In G. Dosi, C. Freeman, R. Nelson, G. Silverberg, & L. Soete (Eds.), *Technical Change and Economic Theory* (pp. 221-238). London: Pinter.
- ELKINGTON, J. (1998). Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. *Environmental Quality Management*, 8(1), 37-51.
- GIL, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 175 p.

HORBACH, J., RAMMER, C., & RENNINGS, K. (2012). Determinants of eco-innovations by type of environmental impact—The role of regulatory push/pull, technology push and market pull. *Ecological Economics*, 78, 112-122. doi: 10.1016/j.ecolecon.2012.04.005.

KARLSSON, C., & TAVASSOLI, S. (2016). Innovation Strategies of Firms: What Strategies and Why? *The Journal of Technology Transfer*, 41(6), 1483- 1506. doi:10.1007/s10961-015-9453-4.

LUSTOSA, P. H. Avaliação da indução de desenvolvimento local sustentável: uma proposta de metodologia. In: FISCHER T. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p.12-32

NORTH, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press.

WORLD COMMISSION FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – WCED. *Our Common Future* (1987). United Nations. Disponível em < <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm> >. Acesso em: 12 Jun. 2018.

OCDE. (2012). *The future of eco-innovation: The role of business models in green transformation*. Authority, D. B., & Allé, L. OECD publishing, Copenhagen.

PEREIRA, F. A. M. (2012). A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. *Organizações em contexto*, 8(16), 275-295.

PAWLOWSKI, Artur. (2008). How many dimensions does sustainable development have? *Sustainable Development*, São Francisco, v.16, n. 2, p. 81-90.

SACHS, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALLES, A. O.T., & RIBEIRO, A.P. L. (2012). Instituições, desenvolvimento econômico e sustentabilidade: uma análise dos mecanismos de regulamentação das políticas de meio ambiente. VI Encontro de Economia Catarinense, Joinville: UNIVILLE.

SCHUMPETER, J. (1997). *Teoria do desenvolvimento econômico uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. 1nd ed. Tradução: Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural.

YIN, R. K. (1989). *Case Study Research - Design and Methods*. Sage Publications Inc., USA.

YIN, R. K. (2010). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHELE LINS ARACATY E SILVA - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

SOBRE OS AUTORES

ERASMO MOREIRA DE CARVALHO - Doutor em Administração (UFRGS). Mestre em Controladoria e Contabilidade (USP). Contador (UNIR). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/8502022700637033>.

FÁBIO RODRIGUES - Mestre em Políticas de Gestão Ambiental (UFAM). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UNESP /Araraquara/ SP). Docente no Curso de Tecnologia em Gestão Comercial (UEA). fbio1961@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8295291098017496>.

FELIPE ADDOR - Doutor em planejamento urbano e Regional (UFRJ). Mestre em Engenharia de Produção. Graduação em Engenharia de Produção. Docente do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ). <http://lattes.cnpq.br/4471650676535041>.

FLÁVIO DE SÃO PEDRO FILHO - Doutor em Administração (USP). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administrador (UFBA). Docente do Departamento de administração da UFRO. <http://lattes.cnpq.br/9627466972854043>.

ISADORA CONCEIÇÃO TRINDADE PIRES - Pós-graduanda em Gestão Pública (UEA/ESO). Bacharela em Administração (UFAM). isatrindadp@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0237657926027288>.

IZABEL CRISTINA COSTA DE SOUZA - Acadêmica do Curso de Administração (UFAM) Analista de Planejamento e Controle da Produção na Inventus Power. <http://lattes.cnpq.br/17370a38593890832>.

JUDILENE SARMENTO FERNANDES - Pós-graduada em Gestão de Controladoria e Auditoria. Bacharela em Administração (UFAM). Atua no Conselho Regional de Odontologia do Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/3074918627674084>.

JULIANO CRISTHIAN SILVA – Mestre em Educação (UNIR). Especialista em Gestão Pública pelo (IFPR). Administrador (União das Escolas Superiores de Cacoal/RO). Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/3496211980778375>.

KÁTIA VIANA CAVALCANTE - Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente do CCA (UFAM). <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR - Doutor em Gestão da Biotecnologia (UFAM). Mestre em Engenharia de Produção (UFAM). Administrador (UFAM). Docente do Departamento de Administração (UFAM). manjr26@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

br/0403290330724360.

MARCELA FRÓES DA COSTA - Especialista em Marketing; Administradora (LITERATUS). Tutora externo (UNIASSELVI). Tutora a distância (UFAM). Tutor-presencial Faculdade Anhanguera. marcefroes@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1495432952116538>.

MARILUCE PAES DE SOUZA - Doutora em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administradora (UFRO). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/6930021151410221>.

MAURO MAURÍCIO BARBOSA LUCAS - Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). mauricio_barbosa15@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0341557386153959>.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

NERINE LÚCIA ALVES DE CARVALHO - Mestra em Engenharia de Produção (UFAM). Graduada em Processamento de Dados (UFAM). Analista de Tecnologia da Informação (PROTEC/UFAM). nerinebotelho@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6631204639385569>.

NÚBIA GONZAGA - Mestranda do Programa Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/NIDES/UFRJ). Economista. <http://lattes.cnpq.br/4052628022042108>.

OSMAR SIENA - Doutor em Engenharia de Produção e Mestre em Administração (UFSC). Graduado em Física (UEL). É docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). <http://lattes.cnpq.br/5424632182909652>.

RAUL AFONSO POMMER BARBOSA – Mestrando em em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pós-Graduado em MBA Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Rondônia (FARO). Pós-Graduando em MBA Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). <http://lattes.cnpq.br/9136549262197723>

RUTE HOLANDA LOPES - Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (UFAM). Mestra em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (CIESA). Docente do ICET (UFAM). rutehlopes@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3678444694216259>.

RWRSILANY SILVA – mestranda em Administração (UFRO). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Faculdade Porto Velho). Especialista em Contabilidade

Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal (UCAM). Docente do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). <http://lattes.cnpq.br/8568891286300237>.

SAIANE BARROS DE SOUZA - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Administradora (Faculdades Integradas de Cacao). Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/5775822635702935>.

SIDNEY LIANZA - Doutor em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Graduado em Engenharia Civil (Instituto Mauá de Tecnologia). Docente da UFRJ. <http://lattes.cnpq.br/7158503469311571>.

SUELÂNIA CRISTINA DE FIGUEIREDO ALBUQUERQUE - Doutora em Ciências da Educação (Nihon Gakko). Mestrado em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (URCA). Docente da FAMETRO e da FST. suefi@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1306989016980637>

TAISA VANESSA DE SOUSA COLARES - Bacharela em Ciências Econômicas (UFAM); taisa.vanessa@hotmail.com.

TASSIO FRANCHI - Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em História Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP. Graduado em História (UEL). Docente da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) <http://lattes.cnpq.br/1943886460410008>.

THELMA JAKLINY MARTINS ARRUDA - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Especialização MBA em Gestão de Pessoas pela Faculdade da Amazônia FAAM /Gama Filho/ I DAAM. Administradora (UFAM). Funcionária da SUFRAMA. <http://lattes.cnpq.br/4853729694712564>.

THEÓPHILO ALVES DE SOUZA - Doutor em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Administração (UFSC). Administrador (Machenzie/RJ). Docente do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA). <http://lattes.cnpq.br/1186096515283683>.

THIAGO JOSÉ SAMPAIO KAISER – Mestre em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED. Graduado em Desenvolvimento de Sistemas de Informação (UNESC). E-mail: thiagokaiser@outlook.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3024397424985510>.

TIAGO SAMPAIO BRITO - Mestrando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). tiagoobrito@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8837129036478002>.

WILLIAN CARNEIRO TAVARES - Acadêmico do Curso de Administração (UFAM).
Atua no Sinetram. <http://lattes.cnpq.br/4829554394186550>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-249-4

